RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

O PAPEL DOS FISCAIS FLORESTAIS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CASO DO DISTRITO DE MECUBÚRI, 2023-2025

THE ROLE OF FOREST INSPECTORS IN ENVIRONMENTAL EDUCATION: THE CASE OF MECUBÚRI DISTRICT, 2023–2025

EL PAPEL DE LOS INSPECTORES FORESTALES EN LA EDUCACIÓN AMBIENTAL: EL CASO DEL DISTRITO DE MECUBÚRI, 2023-2025

João Flávio Amisse Uagire[1], Santos IntaliaTaquina[2]

e2229
https://doi.org/10.47820/recinter21.v2i2.29
PUBLICADO: 8/2025

RESUMO
O presente trabalho, com o tema "O papel dos fiscais florestais na educação ambiental: Caso do distrito de Mecubúri, província de Nampula-Mocambique, 2023-2025" tem como objectivo geral analisar o papel dos fiscais florestais na educação ambiental. A exploração sustentável dos recursos florestais, como madeira e produtos não madeiros, pode ser uma fonte importante de emprego e renda para comunidades locais e para a Indústria, com promoção de espaços de lazer e de turismo. Isso acontece quando se trata de uma população que goza de uma boa educação ambiental e quando os fiscais actuam de acordo com as normas escritas desse país, mas actualmente notamos uma crescente procura de bens, produtos e serviços, por isso, a degradação ambiental tem-se acentuado nas últimas décadas, no Posto Sede do distrito de Mecubúri em particular e ao mundo inteiro, dando como resultados: desmatamento, perda de biodiversidade, contaminação do solo e da água. No entanto, uma fiscalização adequada conduzida a uma política de educação ambiental pode ajudar a mitigar esses impactos, reduzindo os efeitos negativos que influenciam a degradação do meio. Portanto, é fundamental adoptar uma abordagem integrada para a fiscalização visando proteger o meio ambiente, promover a saúde pública de forma eficaz e sustentável. Trata- se de um estudo qualitativo com recurso a técnica de entrevista e observação. Como resultado da pesquisa percebeu-se que os residentes deste local podem enfrentar grandes complicações de saúde e degradação ambiental por causa do abate das árvores sem observância das medidas ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: O papel dos fiscais florestais. educação ambiental. Mecubúri.

ABSTRACT
The present study, entitled "The Role of Forest Inspectors in Environmental Education: The Case of Mecubúri District, Nampula Province – Mozambique, 2023–2025," aims to analyze the role of forest inspectors in environmental education. The sustainable exploitation of forest resources, such as timber and non-timber products, can serve as an important source of employment and income for local communities and for industry, while also promoting recreational and tourism spaces. This becomes possible when the population has access to quality environmental education and when inspectors act in accordance with the country's written regulations. However, there has been an increasing demand for goods, products, and services, leading to intensified environmental degradation over the past decades, particularly in the administrative post of Mecubúri and globally. The consequences include deforestation, loss of biodiversity, and soil and water contamination. Nevertheless, proper inspection combined with a policy of environmental education can help mitigate these impacts by reducing negative effects.

KEYWORDS*: Role of forest inspectors. Environmental education. Mecubúri.*

[1] Tutor do curso superior no Instituto de Ensino a Distância na Universidade Católica de Moçambique-Nampula, Doutorado em Inovação Educativa, pela Universidade Católica de Moçambique /Faculdade de Educação e Comunicação, Mestrado em Gestão Ambiental e Licenciado em História, UP-Universidade Rovuma.
[2] Mestrado em Psicopedagogia pela Academia Militar Samora Marchal e Licenciado em Psicologia Escolar pela Universidade Pedagógica em Nampula.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

RESUMEN
El presente trabajo, con el tema "El papel de los inspectores forestales en la educación ambiental: Caso del distrito de Mecubúri, provincia de Nampula – Mozambique, 2023–2025", tiene como objetivo general analizar el papel de los inspectores forestales en la educación ambiental. La explotación sostenible de los recursos forestales, como la madera y los productos no madereros, puede constituir una fuente importante de empleo e ingresos para las comunidades locales y para la industria, además de promover espacios de ocio y turismo. Esto es posible cuando se trata de una población que goza de una buena educación ambiental y cuando los inspectores actúan conforme a las normas escritas del país. Sin embargo, actualmente se observa una creciente demanda de bienes, productos y servicios, lo que ha intensificado la degradación ambiental en las últimas décadas, especialmente en la sede administrativa del distrito de Mecubúri y a nivel mundial, con consecuencias como la deforestación, la pérdida de biodiversidad y la contaminación del suelo y del agua. No obstante, una fiscalización adecuada, acompañada de una política de educación ambiental, puede ayudar a mitigar estos impactos, reduciendo los efectos negativos.

PALABRAS CLAVE*: El rol de los inspectores forestales. Educación ambiental. Mecubúri.*

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com a crescente procura de bens, produtos e serviços florestais, não se tem tido em conta acerca das questões ambientais. Os abates descontrolados de árvores por toda a sociedade têm-se tornado um problema. A corrupção, o analfabetismo, a falta de uma boa educação ambiental e a necessidade de altos investimentos para soluções emergenciais são umas das causas da difícil aplicação de uma correta fiscalização e de mitigação nas áreas degradadas.

Assim, é diante dessa perspectiva que se pretende desenvolver esta pesquisa inserida ao tema "O papel dos Fiscais florestais na educação ambiental: Caso do distrito de Mecubúri, 2023-2025".

Além do objetivo geral, o artigo desdobra-se em seguintes objetivos específicos que são: identificar os impatos ambientais negativos provocados por causa das ações humanas; descrever a importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais; avaliar o nível de percepção ambiental da comunidade daquele distrito; e propor estratégias para fortalecer o envolvimento da comunidade na gestão dos recursos florestais para minimizar os impacos negativos do meio ambiente.

Toda a comunidade, em especial os conselhos locais de gestão de recursos florestais, bem como os portadores de licenças, deveriam colaborar no exercício da vigilância necessária à proteção dos recursos florestais e faunísticos, participando as infracções de que tiver conhecimento a autoridade mais próxima.

Nesses termos, Gouveia (2010), sustenta que os vários impatos ambientais decorrentes das diferentes formas de atividades humanas provocam impatos negativos ao meio ambiente e riscos a saúde humana. A falta de inclusão da comunidade na gestão dos recursos florestais constitui um grave problema para a conservação do meio ambiente.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

O desenvolvimento económico, o crescimento populacional, a urbanização e a revolução tecnológica vêm sendo acompanhados por alterações no estilo de vida e os modos de produção e consumo da população. Como decorrência directa desses processos, vem ocorrendo um aumento na degradação do meio ambiente, (Gouveia, 2013, p. 12).

Durante as visitas feitas pelos autores da pesquisa ao Posto Administrativo Sede do distrito de Mecubúri, notaram um registo de crescimento populacional significativo e expansão de negócios em ambiente informal, uma quantidade de abate de árvores para a produção de madeira em grande escala promovido pelos empresários locais e vindos de diferentes pontos do país, para as indústrias locais e para a produção de carvão vegetal. Decorrem ainda queimadas descontroladas para facilitar a caça dos animais e a localização de alguns tubérculos para o consumo humano, corte de paus para construção de instâncias turísticas e campos de cultivo.

A incapacidade resultante da fraca resposta aos fiscais florestais na fiscalização e sensibilização ou na educação ambiental destes tem afectado a qualidade do ambiente, a estética do Posto administrativo Sede de Mecubúri e a saúde pública causando o desmatamento, degradação florestal e algumas doenças como no caso da malária, cólera, meningite e disenteria como consequência da fraca fiscalização e sensibilização da comunidade.

A fonte de sobrevivência da população deste posto, depende maioritariamente de extração de recursos florestais. Na extração destes não há observância das medidas de conservação e proteção do ambiente provocando um perigo grave para a saúde e segurança ambiental. Face a esta situação nota-se uma ausência de uma fiscalização rigorosa por parte dos fiscais florestais deste distrito. Pois, a gestão destes recursos é feita sem observância à lei que suporta a sua fiscalização. Fato este que contribui significativamente para a destruição e desmatamento das florestas daquele ponto da província de Nampula.

Os pesquisadores sentiram a necessidade de discutir sobre o tema por conta do crescente número de debates levantados em torno das preocupações relativas à fiscalização florestal como a falta de inclusão da comunidade na sua gestão, a falta de educação ambiental das comunidades, bem como a ausência de politicas que possam promover proposta de atividades que a sociedade civil e as autoridades governamentais devem levar a cabo, para a sustentabilidade e conservação dos recursos existentes.

A situação atual do nível de percepção dos residentes deste Posto Sede administrativo sobre a conservação, a proteção e a fiscalização não propõem estratégias de mitigação para minimizar os impactos negativos do meio ambiente.

Ainda pensa-se que com este trabalho pode ajudar os fiscais florestais a desenvolver políticas que podem ser úteis para o setor e a comunidade em geral.

Desta forma, há necessidade de escrever sobre esta temática, para melhor compreensão das formas de educação, gestão, fiscalização ambiental e florestal, para poder ajudar a comunidade deste distrito, para novas abordagens desta realidade vivida no local de estudo. O trabalho será

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

depois partilhado com o governo local, com os líderes e a comunidade em geral no sentido de convidá-los a tomar uma consciência que possa ajudar a melhorar a qualidade de vida da população do Posto administrativo sem necessariamente colocar em causa o meio ambiente.

Aliado a esse caso, Martins (2014) afirma que é nas diversas atividades do nosso dia-a-dia, por mais simples que sejam o homem utiliza os recursos fornecidos pela natureza para a sua sobrevivência, sendo considerado como um dos principais modificador da paisagem, mas responsável pela administração e ocupação da terra, renovador da paisagem e limpeza de lavoura. A busca por soluções na área do meio e educação ambiental é refletida na demanda da sociedade que solicita mudanças em diferentes estratos sociais.

Na perspectiva de Correia (2012), o constante crescimento económico e demográficos dos centros urbanos têm como suas consequências maiores na degradação do meio ambiente. E esse fenómeno muitas vezes não é acompanhado por uma resposta adequada à fiscalização e à educação da sociedade.

As informações sobre os impatos gerados sem observância das normas já são bastante conhecidas, no entanto, os impatos causados por estas atividades no nosso país ainda não são alvos frequentes de objeto de estudo.

2. QUADRO TEÓRICO

2.1. Abordagem Conceptual dos seguintes termos

Falcão e Noa (2016) conceitualizam a flora como o conjunto de espécies vegetais que compõem a cobertura vegetal de uma determinada área.

Cunha e Almeida (2002) definem Fauna como termo coletivo para a vida animal de uma determinada região ou de um período de tempo. É o conjunto de animais característicos de uma determinada área, época ou bioma e podemos encontrar os seguintes animais: gato, cachorro, cavalo, búfalo, porco, galinha, pato, marreco, peru, avestruz e outros

Segundo Falcão e Noa (2016), bioma é conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação que são próximos e que podem ser identificados em nível regional, com condições de geologia e climas semelhantes.

De cordo com os três conceitos, percebe-se que o papel de um fiscal florestal é garantir a proteção de fauna e da flora, prevenindo e punindo atividades que violem a legislação florestal, desta formas a tarefa dos guardas e fiscais florestais vai se resumir na observação do cumprimento das regras estabelecidas no regulamento florestal, especialmente no que diz respeito à exploração florestal, transporte e comercialização de produtos florestais.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

2.2. Historial da Fiscalização Florestal em Moçambique

Bila e Salmi (2003) referem que no período colonial as florestas e a fauna bravia eram geridas por entidades diferentes, designadamente os Serviços de Agricultura e Florestas e os Serviços de Veterinária.

A fiscalização da fauna bravia estava orientada para a proteção de animais bravios e, especialmente, para o controlo da caça furtiva e abate indiscriminado de espécies de grande valor económico, em áreas de conservação, coutadas ou em áreas livres. A fiscalização era exercida, para além dos fiscais e guardas especialmente treinados para o efeito, pelo pessoal dos Serviços de Veterinária, Serviços de Agricultura e Florestas, assim como pelos demais funcionários públicos ligados à administração do território, polícias e agentes aduaneiros e fiscais ferroviários.

A fiscalização podia ainda ser exercida por proprietários ou concessionário assim como por guardas ajuramentados das coutadas, caçadores e outros licenciados para exercerem a atividade de caça, mas a maioria das entidades acima indicadas não tinha poderes para levantar autos, elas podiam, sim, participar os fatos às autoridades policiais ou requerer diligências aos Serviços de Veterinária.

O pessoal técnico da fiscalização tinha uniforme, patentes próprios e a fiscalização era feita através de postos fixos e brigadas móveis localizados em função da abundância da fauna, nas proximidades a núcleos urbanos, vias de transporte e os locais de embarque e desembarque de passageiros, especialmente estações dos caminhos-de-ferro e portos.

Para Bila e Salmi (2003) a fiscalização de florestas tinha como finalidade disciplinar a exploração e utilização dos produtos florestais, bem como prevenir e reprimir os actos de violadores das normas estabelecidas no regulamento florestal

A Lei 10/99 nos ensina que na atualidade a fiscalização florestal e faunística no nosso país é exercida pelos fiscais de florestas e fauna bravia, pelos fiscais ajuramentados e pelos agentes comunitários nos termos e condições a definir por diploma próprio e é obrigatório a apreensão, pelos fiscais de florestas e fauna bravia, dos produtos florestais e faunísticos, dos instrumentos utilizados na prática da infracção.

Os veículos e quaisquer outros meios utilizados no transporte ilegal de recursos florestais e faunísticos são considerados instrumentos também apreendidos.

Dentro do resumo historial sobre a fiscalização florestal em Moçambique no tempo colonial e depois da independência dos autores acima referidos, notamos algumas diferenças acerca dos envolvidos na gestão florestal. Uma das diferenças positiva é o fato da Lei 10/99 envolver na sua gestão a comunidade local.

A Lei 10/99, Decreto 9/2000 e Lei 10/2000, falam de envolver a comunidade na gestão dos recursos florestais, mas no Posto administrativo sede de Mecubúri esta informação ou o envolvimento comunitário não se verifica, razão pela qual observa-se dia pois dia a degradação do ambiente. Esta

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

situação pode estar associada a existência de vários ministérios que estão ligados a fiscalização florestal.

Acredita-se que com envolvimento comunitário, nos postos de controlo teríasse muitos veículos parqueados com material, o que se nota frequentemente são camiões seguidos com carros pequenos onde estão os patrões ou chefes das empresas com envelopes a escoltar os camionistas e os ficais fazendo de não ver o camião que foi indicado em troca do envelope fechado.

Desta maneira, observa-se que os fiscais florestais estão mais virados para contas pessoais do que foram confiados e na tentativa de querer controlar aos pequenos exploradores locais, são respondidos duros e ameaçados por serem vistos a fazer escapar aos exploradores externos, de igual sorte a comunidade e piorando com a demanda e o crescimento populacional no Posto vindo da província de Cabo Delgado, os ficais perdem o seu papel central e como consequência elevado número de degradação ambiental que no futuro pode ameaçar o distrito.

A Lei 10/99 diz que Floresta é a cobertura vegetal capaz de fornecer madeira ou produtos vegetais, albergar a fauna e exercer um efeito directo ou indirectos sobre solo, clima, ou regime hídrico.

Falcão e Noa (2016) definem Floresta como terras que ocupam no mínimo de 1 ha com cobertura de copa> 30%, e com árvores com potencial para alcançar uma altura de 3 metros na maturidade, áreas florestais temporariamente desbravadas e áreas onde a continuidade do uso da terra excederiam os limiares de definição de floresta, ou árvores capazes de alcançar esses limites. Ainda definem que:

> Desmatamento é a conversão, directamente induzida pelo homem, de terra com floresta para terra sem floresta e degradação florestal é a redução a longo prazo da cobertura da copa e/ou stock da floresta que leva a diminuição do fornecimento de benefícios a partir da floresta, os quais inclui madeira, biodiversidade e outros produtos e serviços. Esta redução é através das explorações madeireira, queimadas, ciclone e outros, desde que a cobertura da copa se mantenha acima de 30%.

Cunha e Almeida (2002) definem recursos florestais como um conjunto de ecossistemas em que as árvores ocupam um lugar predominante, onde todos são constituídos por arbustos importantes da zona, que ocasionam trocas e possuem valores agregados nos interesses dos seres humanos e recursos florestais são os produtos que a floresta oferece como por exemplo a madeira, animais selvagens e outros produtos de origem vegetal ou animal, são produtos que obtém das florestas e que permitem satisfazer algumas necessidades humanas, seja de forma directa ou indirecta.

O Decreto 9/2000 define que recursos florestais são produtos florestais não lenhosos de origem vegetal e animal, bem como serviços sociais e ambientais, como reservas extractivistas, sequestro de carbono, conservação genética e outros benefícios oriundos da manutenção da floresta.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

Neste caso, os autores da pesquisa perceberam que, recursos florestais são constituídos por todos atributos importantíssima da zona florestal que ocasionam trocas e possuem valores agregados dos seres humanos, todavia, os três conceitos fazem-nos entender que recursos florestais são aqueles que permitem satisfazer algumas necessidades humanas, de forma direta ou indireta que podem gerar diferentes produtos em que são relevantes para a economia e a indústria, tanto para o meio ambiente, na medida em que absorvem o dióxido de carbono e regula o clima.

Nesta óptica, surge como uma tarefa importante para os fiscais em saber como atuar de modos a manter a paisagem ou sugerir estratégias para minimizar os problemas do meio através de uma educação ambiental ou incluir a comunidade na gestão dos recursos florestais.

2.3. Impactos ambientais Negativos

A exploração dos recursos florestais provoca a morte de diversos animais e acelera o desaparecimento de diferentes tipos de vegetação. Como nos ensina Bila e Salmi (2003) que a exploração dos recursos florestais pode ter alguns impatos negativos como: alteração do clima, perda da biodiversidade, genocídio e etnocídio dos povos indígenas, erosão do solo, desertificação e arenização.

Pois, neste local em estudo observa-se abate intensiva de árvores, queimadas descontroladas, extração de areia debaixo das pontes e outras formas.

Em Moçambique, a Constituição da República concede a todos os cidadãos o direito de viver num ambiente equilibrado assim como o dever o de defender.

A materialização destas ferramentas nacionais passa necessariamente por uma gestão correta do ambiente e dos seus componentes e pela criação de condições propícias a saúde e ao bem-estar dos cidadãos em prol do desenvolvimento socioeconómico e cultural das comunidades e pela preservação do ambiente, acelerando deste modo a sua qualidade de vida.

2.4. A Educação Ambiental em Moçambique

A Educação Ambiental é mostrada como ferramenta de gestão dos problemas ambientais e falar dela é falar da própria vida e de seus relacionamentos com paradigmas que incluem respeito e reverência por todos os seres da Terra.

Marcatto (2002) afirma que a educação, seja formal, informal, familiar ou ambiental, só é completa quando a pessoa pode chegar nos principais momentos de sua vida a pensar por si próprio, agir conforme os seus princípios, viver segundo seus critérios.

No meio dos conceitos sobre a educação ambiental percebemos que, educação ambiental são processos por meio dos quais um individuo ou uma coletividade constroem valores sociais, conhecimentos habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à responsabilidade para a qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

2.5. A Importância da Educação Ambiental

Quando bem realizada, a Educação Ambiental leva à mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes consequências sociais.

A educação ambiental é importante na medida em que pode ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com os quais compartilhamos este mundo, respeitando seu ciclo vital e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Segundo Melo (2002), a Educação Ambiental aborda a transmissão de conhecimentos e informações que venham contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes dos problemas ambientais, o que implica em mudanças de atitudes e motivação para agir em prol da sua solução.

Para que chegue melhor a educação ambiental é preciso fazer algumas práticas ambientais como visitas a nascentes, margens de rios e desenvolver um sistema de reciclagem com o objectivo de desenvolver uma compreensão integrada no meio ambiente em suas múltiplas relações.

Bila e Salmi (2003) nos recorda que a Lei de florestas e o seu regulamento são instrumentos que reconhecem as comunidades locais como elementos chave no controle, da exploração e o uso dos recursos florestais em sua zonas de residência, participar junto com os ficais na formação, discussão dos instrumentos legais de fiscalização e denunciar atos ilegais.

Com estas ideias percebe-se que a ação do homem, sobretudo as atividades relacionadas com agro-pecuária, com o processo de urbanização, o crescimento de agronegócio e de práticas ilegais agravam a situação da exploração dos recursos florestais a nível das comunidades.

2.6. Percepção Ambiental

A Percepção Ambiental é diferente para cada indivíduo, pois depende do lugar, personalidade e cultura. Para Lynch (2002) e Le Goff (1996) afirmam que a percepção é insculpida na memória, que remete o homem a um conjunto de funções psíquicas que podem actualizar impressões ou informações passadas e, nesse sentido, “o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”.

No Posto Sede do Distrito de Mecuburi, a realidade apontada pela pesquisa mostra a falta de consciencialização ambiental para os ficais florestais, da comunidade e que os problemas relativos ao tema ainda são enormes e estão longe de serem solucionados. Isso porque a atividade de corte de troncos para venda externo ou para os Chineses, para carpintarias do distrito, queimadas descontroladas e extração de areia, apesar de gerar rendas aqui é visto como uma ação emergente e que não tem interesse com o meio ambiente.

2.7. Estratégia para o envolvimento da comunidade na gestão dos recursos florestais

Conforme Faloma (2016) e Arnold (2001), uma das estratégias inicial é reflorestamento, com espécies de rápido crescimento e mais tarde com espécies com uso múltiplo como a lenha, alimento

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

dos animais domésticos, frutas e fixador de nitrogénio a floresta nativa não madeireiro, descentralizar a autoridade sobre a gestão da floresta.

Sendo assim, há necessidade de criação de uma estratégia que envolva a comunidade e que pode conduzir a inserir-se no âmbito das politicas visando a promoção do desenvolvimento sustentável, tendo como base a educação ambiental, impulsionar uma nova dinâmica na consciencialização das comunidades com vista à criação de florestas para auto-consumo, geração de receitas simplificando que esta estratégia vise reflorestar o país.

3. METODOLOGIAS DE PESQUISA

Como forma de garantia do decurso pleno do estudo, houve a necessidade de delinear linhas metodológicas adequadas; desde a classificação da pesquisa, a escolha dos métodos básicos, a indicação das técnicas de coleta de dados e até a delimitação do universo e da amostra.

3.1. Tipo de Pesquisa

A presente investigação foi classificada com base em três parâmetros, nomeadamente, quanto ao procedimento é pesquisa quantitativa; quanto aos objectivos tratou-se de uma pesquisa descritiva; e quanto à fonte de informação foi do tipo estudo do campo.

3.2. Técnicas de recolha de dados

Para a obtenção de dados, foi necessária a escolha adequada de técnicas. Por isso, foram usadas as seguintes técnicas: a) Observação direta; b) Entrevista estruturada; c) Questionário.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

De acordo com a aplicação das técnicas previstas para a coleta de informações junto da população pesquisada, nesta parte do trabalho, pensou-se em apresentar os resultados e discussões em dois grupos, que são: o primeiro grupo constituído por gestor máximo do distrito, os quatro membros da fiscalilização e os quatro líderes Comunitários e o segundo constituído por doze moradores do Posto Administrativo Sede.

4.1. Resultados obtidos através de questionário dirigido ao primeiro grupo/dos gestores

4.1.1. Atividades económicas que mais alteraram o meio ambiente no distrito

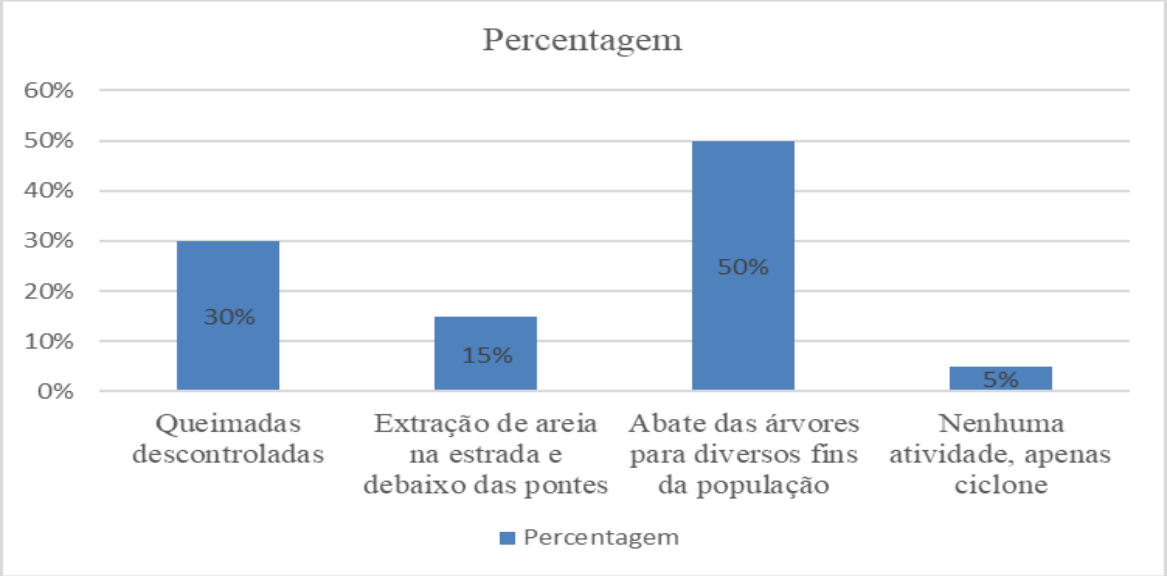
Querendo obter os dados sobre atividades económica que mais alteraram o meio ambiente como extração de areia, recursos florestai, queimadas, e outros que mais alteraram a estética ou a paisagem do distrito através das ações humanas com intuito de identificar os impactos negativos, os autores coloram a seguinte questão:

-Que atividades económicas que mais alteraram o meio ambiente no distrito de Mecubúri?

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

Gráfico 1. Atividades económicas que mais alteraram o meio ambiente no distrito de Mecubúri



Fonte: os autores do trabalho- Junho-2025

Os dados do gráfico número 1 indicam que dos 9 gestores que participaram no inquérito; respondendo a questão sobre atividades económicas que mais alteraram o meio ambiente no distrito de Mecubúri; 30% afirmaram que são as queimadas descontroladas, 15% extração de área na estrada e debaixondas pontes e 50% disseram o abate das árvores para diversos fins da população e 5% responderam que não há nenhuma atividade que alterou a paisagem a não que seja ciclone.

Olhando para os dados ora apresentados, nota-se que maior número dos gestores sobre as atividades económicas que mais alteraram o meio ambiente no distrito, disseram é o abate das árvores para diversos fins da população, fator que contribui para a degradação das condições do meio ambiente. Conforme Faloma (2016) e Arnold (2001), uma das estratégias inicial é reflorestamento, com espécies de rápido crescimento e mais tarde com espécies com uso múltiplo como a lenha, alimento dos animais domésticos, frutas e fixador de nitrogénio, após verificar-se que raramente os camponeses plantam árvores unicamente para a produção de combustíveis e floresta nativa.

Pois, a Lei 10/99 e MITADER (2018) nos ensina que a importância económica, social, cultural e científica dos recursos florestais e faunísticos para a sociedade moçambicana justifica que se estabeleça uma legislação adequada, que promova a sua utilização sustentável, bem como a promoção de iniciativas para garantir a proteção e conservação dos recursos florestais faunísticos visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

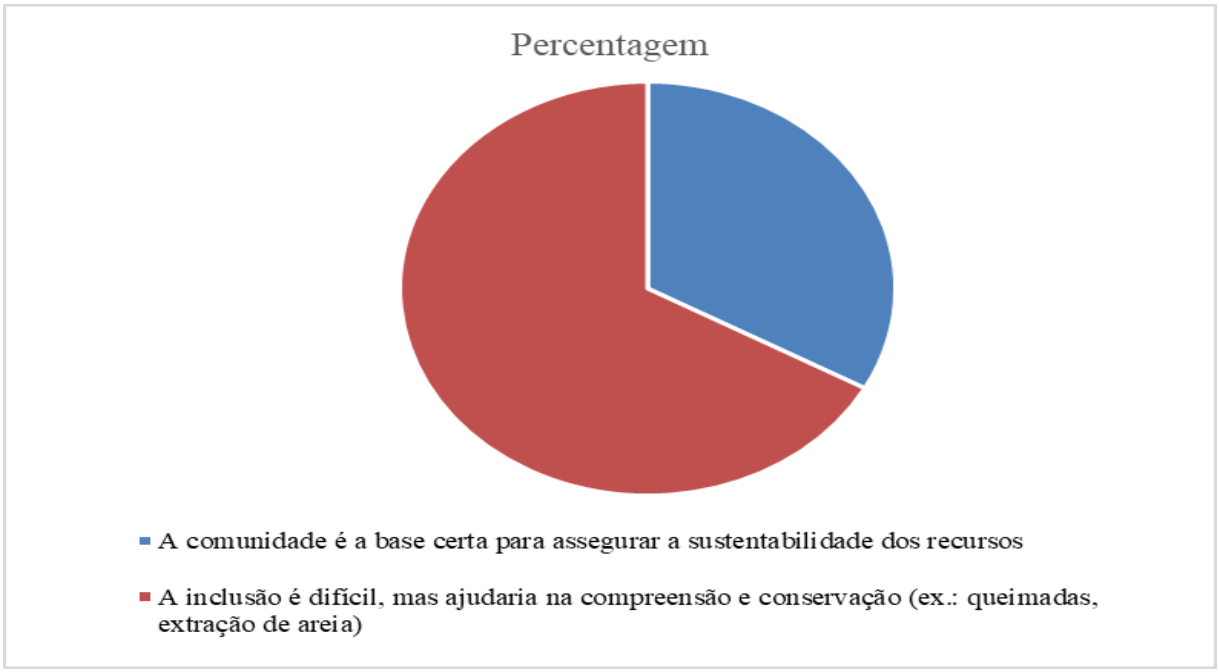
RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

4.1.2. A importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais

Com a finalidade de colectar dados sobre a importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais, os autores formularam a seguinte questão:

-Qual é a importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais?

Gráfico 2. Informação dos Gestores sobre a importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais



Fonte: os autores do trabalho- Junho-2025

De acordo com os dados apresentados no gráfico número 2, obtidos através do questionário dirigido aos gestores florestais envolvidos, nesta questão sobre a importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais, 33 % afirmaram que a comunidade é a base certa para assegurar a sustentabilidade dos seus recursos e mais tarde alavancar um futuro próspero da humanidade e apenas 67% disseram que pode ser difícil falar da importância da inclusão da comunidade na gestão dos recursos florestais, pois, ajudaria para uma óptima compreensão no que tange à conservação e a protecção ambiental, por exemplo: saberiam como controlar as queimadas, onde e como extrair a areia.

Mediante os dados ilustrados no gráfico 2, percebe-se que os fiscais florestais não sabem a importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais ou por outro ignoram o conhecimento ou não dominam a Lei do meio ambiente, a Lei de florestas e o seu Regulamento fato que contribui para o fracasso de fiscalização, na educação ambiental e pondo em causa a saúde dos residentes e do meio ambiente.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

Olhando para a necessidade da participação e envolvimento das pessoas locais em todas as reuniões, nomeadamente, nas associações, com os jovens, com as mulheres ou mesmo nas escolas, por exemplo, é nesses locais onde se poderia abordar temas como: perigo de queimadas descontroladas, de extrair areia de baixo das pontes ou nas vias públicas e no envenenamento do peixe no rio. Por essa razão, acaba sendo uma responsabilidade ou reflexão de cada membro da comunidade.

Segundo Bila e Salmi (2003), nos depreende que o fraco envolvimento da comunidade local na gestão dos recursos florestais contribui para a degradação do meio ambiente assim como compromete a saúde pública e acreditam que quando bem realizada a Educação Ambiental leva à mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes consequências sociais.

Ademais, a Lei 10/99 nos depreende que a comunidade local como agrupamento de famílias e indivíduos vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior que visa a salvaguardar interesses comuns, através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água, áreas de caça e de expansão e define conservação como gestão sustentável dos recursos florestais e faunísticos, sem colocarem risco a biodiversidade.

4.1.3. O nível de percepção ambiental dos gestores ou fiscais florestais de Mecubúri

Com objectivo de colher informações sobre o nível de percepção ambiental dos gestores ou fiscais florestais de Mecubúri, os pesquisadores pretendiam perceber melhor se os fiscais florestais dominavam o seu papel na educação ambiental e se sabiam como fazer ou quais ações ou práticas que fazem e que ilustram se são algumas práticas ambientais que contribuem para o bem-estar da população local, aos visitantes e outros. Se a comunidade sabe do impacto negativo desse ato, então porque fazem algumas práticas ambientais danosas, os autores colocaram a seguinte questão:

-Qual o nível de percepção ambiental dos gestores ou fiscais florestais de Mecubúri?

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

Gráfico 3. Informações sobre nível de percepção ambiental dos gestores ou fiscais florestais de Mecubúri



Fonte: os autores do trabalho- Junho-2025

Os dados do gráfico número 3, indicam que dos 9 individuos que fazem parte da equipa dos gestores ou fiscais florestais na amostra, corresponde a 100%, questionados sobre nível de percepção ambiental, 65% afirmaram que não percebem, pois, muitos não sabem que os recursos florestais podem esgotar-se e nós como responsáveis somos fracos a essa parte; enquanto 35% dos inquiridos disseram que percebem, mas nunca implementaram para a maioria, porque a população local é complica, mas falam com diretores das escolas e centros de saúde, com outros profissionais para cada qual divulgar na sua instituição de trabalho e as vezes nas reuniões com os membros do Partido.

Olhando pelas respostas fornecidas pelos abrangidos, há registo de muitos argumentos, muitos não percebem e os que percebem aplicam a um número restrito e aplicam a grupo que não tem a ver com essas práticas contribuindo assim para a degradação do meio ambiente e pode-se concluir que alguns sabem, mas ingnoram e alguns mesmo não percebem na totolidade.

Assim, Marcatto (2002) e a Lei n° 20/97 sustentam que a falta de percepção ambiental faz a um individuo a não ter uma tomada de consciência do ambiente ao meio onde está inserido, por isso, não sabe como proteger e cuidar do mesmo, portanto, contribui bastante para a poluição do meio e como consequência o comprometimento da saúde pública e o próprio ambiente. Dessa forma, o estudo de percepção ambiental é de fundamental importância para compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

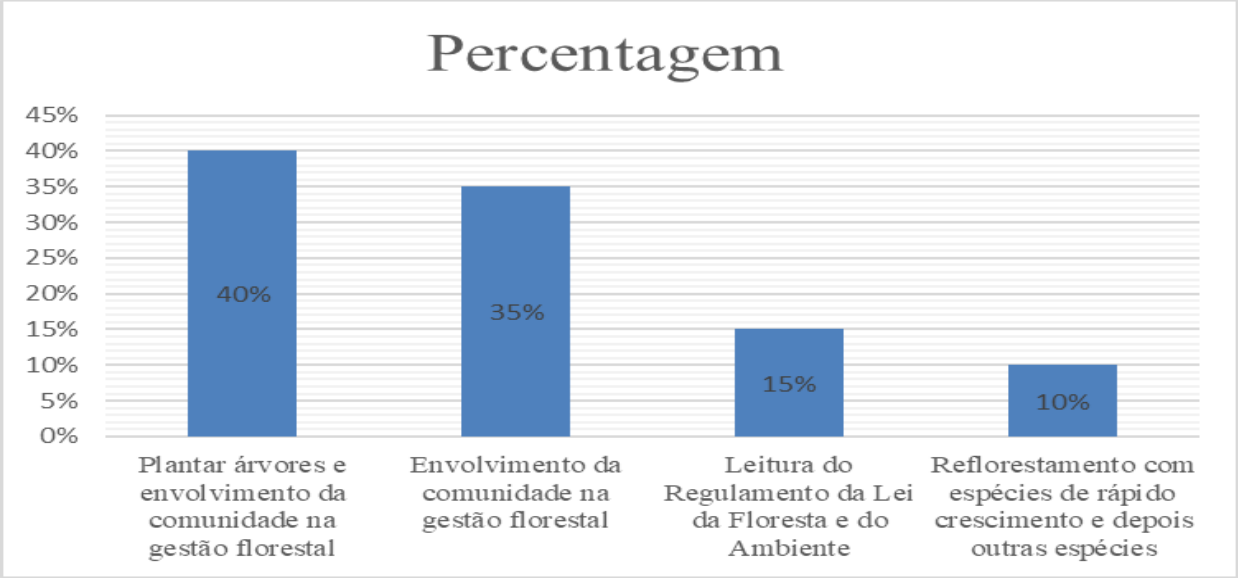
RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

4.1.4. Estratégias que podem ajudar aos fiscais florestais na educação ambiental para minimizar os impactos negativos

Querendo obter dados referentes às estratégias que podem ajudar aos fiscais florestais na educação ambiental para minimizar os impactos negativos em Mecuburi, os autores formularam a seguinte questão:

-Que estratégias podem ajudar aos fiscais florestais na educação ambiental para minimizar os impactos negativos do meio ambiente no Posto administrativo Sede no distrito de Mecubúri?

Gráfico 4. Informação sobre estratégias que podem ajudar aos fiscais florestais na educação ambiental para minimizar os impactos negativos do meio ambiente no distrito de Mecubúri



Fonte: os autores do trabalho- Junho-2025

Segundo os dados do gráfico número 4, sobre estratégias que podem ajudar aos fiscais florestais na educação ambiental para minimizar os impactos negativos do meio ambiente no distrito de Mecubúri, 40% disseram plantar árvores e envolvimento da comunidade na gestão florestal; 35% responderam sobre envolvimento da comunidade na gestão florestal; enquanto 15% disseram que uma das estratégias seria a leitura do Regulamento da Lei da Floresta e do ambiente e por fim 10% disseram reflorestamento com espécies de rápido crescimento e mais tarde comoutras espécies.

Olhando para as respostas apresentadas pelos entrevistados, demonstram que reconhecem a necessidade de adaptar estratégias que podem recuperar a estética do distrito e reconhecem que as ações do homem feitas de forma inadequada contribuem significativamente para o registo de poluição do ambiente que fizeram afectar no distrito casos de malária e doenças diarreicas, visto que é nesses locais onde se multiplicam os microrganismos causadores dessas doenças, provocados através das queimadas descontroladas, o abate das árvores que forneciam oxigénio significante para

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

todos seres vivos e as poluições dos rios que mais tarde utilizam para diversos fins como beber, lavar roupa e itensilios domésticos, a pesca e regadio dos campos cultivados.

Assim, segundo a Lei 10/99 e o Decretos 9/2000 e 10/2000, abordam que o envolvemento da comunidade na gestão dos recursos florestais é importante na medida que ajuda a melhorar o pacote de gestão desses recursos e pemite que os fiscais florestais desempenhem com zelo e rigor o seu papel. Pois, este ato por um lado outro lado enfatiza a participação ativa na tomada de decisão de modos a transparecer e por outro lado faz com que os membros comunitários se sentam autónomos dos seus recursos.

Nesta óptica, os autores desta pesquisa sugerem algumas estratégias para minimizar os impatos ambientais negativos a saber: a revisão das políticas praticadas no distrito, existência de um Plano e educação ambiental na localidade e a respectiva implementação; incluir todos atores e as suas respetivas responsabilidades; incluir nas escolas temas transversais e recomenda-se a necessidade de existência de um plano distrital de plantio de erva, árvores nas bermas das ruas, a colocação de caleiras nos edifícios, valas de drenagens e outra forma que ajuda a minimização dos impactos.

4.2. Resultados obtidos através de questionário dirigido aos Moradores do Distrito de Mecuburi

4.2.1. Atividades económicas que mais alteraram o meio ambiente no distrito

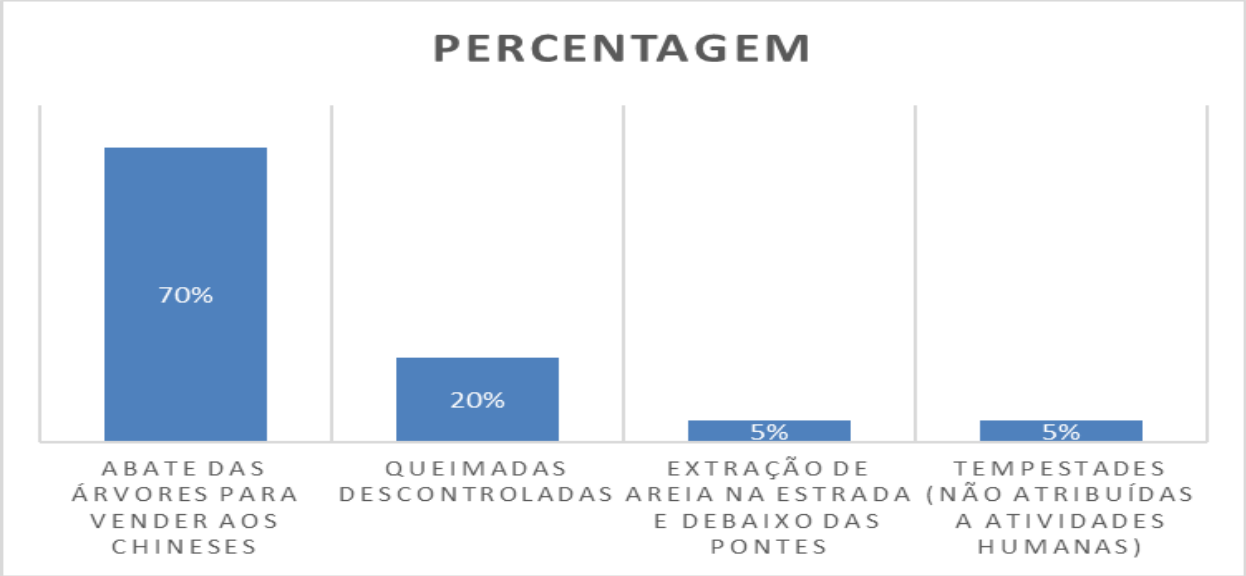
Com o propósito de colher informações referente a atividades económica que mais alteraram o meio ambiente no distrito como: extração de areia, recursos florestai, queimadas descontroladas e outros que mais alteraram a paisagem do distrito através de ações humanas com intuito de identicar os impatos negativos, os autores desta pesquisa colocaram a seguinte questão:

-Que atividades económicas que mais alteraram o meio ambiente no distrito de Mecubúri?

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

Gráfico 5. Atividades económicas que mais alteraram o meio ambiente no distrito de Mecubúri



Fonte: os autores da pesquisa- Junho-2025

Os dados do gráfico número 5 indicam que dos 12 moradores que participaram no inquérito; respondendo a questão sobre atividades económicas que mais alteraram o meio ambiente no distrito de Mecubúri; 70% disseram o abate das árvores para vender aos Chineses, 20% disseram que são as queimadas descontroladas, 5% afirmaram que é extração de área na estrada e de baixo das pontes, e 5% responderam que não há nenhuma atividade que alterou a paisagem, mas sim tempestade.

De acordo com os dados ilustrados, pode-se perceber que os moradores apontam como maior fator o abate ao excesso das árvores e os governantes falam das queimadas, isto mostra que todos reconhecem o que faz com que o meio ambiente se danifique, ainda as respostas mostram que é a fuga de responsabilidades, fato que leva a resistência comportamental de ambas parte.

Pois, na perspectiva de Correia (2012), os fatores relacionados aos aspectos pessoais de realização profissional e ao conteúdo do trabalho, como gosto pelo trabalho, aumento de conhecimentos, responsabilidade, reconhecimento pelos resultados, realização pessoal e profissional, são intrínsecos ou inerentes à pessoa que tenham domínio do fenômeno. O constante crescimento económico e demográficos dos centros urbanos têm como suas consequências maiores na degradação do meio ambiente. E esse fenómeno muitas vezes não é acompanhado por uma resposta adequada à fiscalização e à educação da sociedade.

4.2.2. A importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais

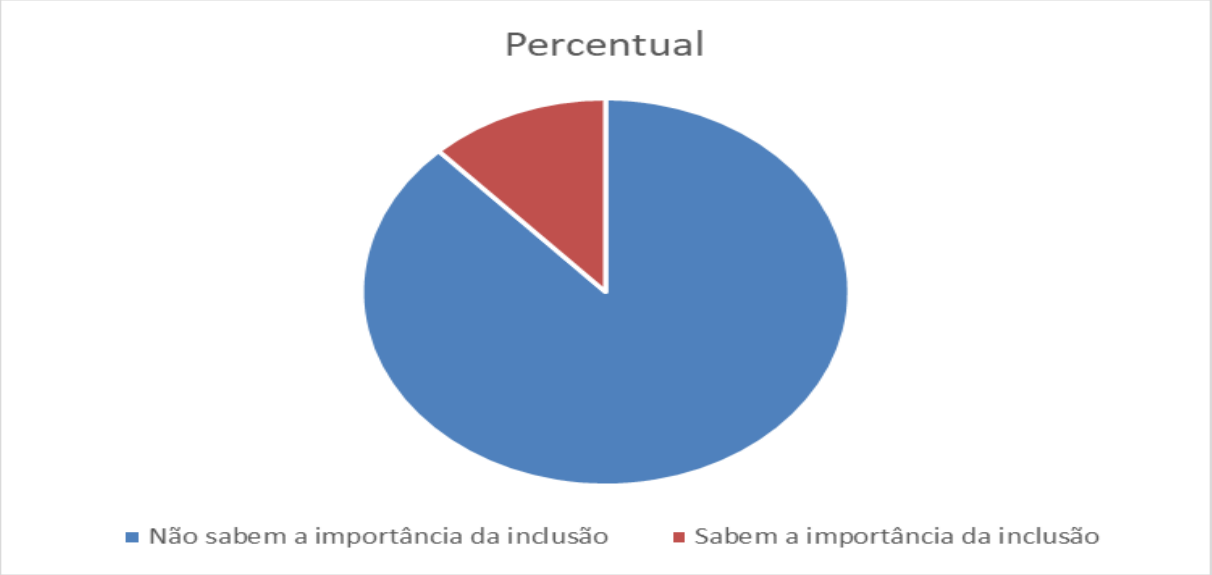
Com a finalidade de colectar dados sobre a importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais, os autores da pesquisa formularam a seguinte questão:

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

-Qual é a importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais?

Gráfico 6. Informação dos moradores de Mecuburi sobre a importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais



Fonte: os autores da pesquisa- Junho-2025

De acordo com os dados apresentados no gráfico número 6, indicam que dos moradores de Mecuburi entrevistados, 88 % afirmaram que não sabem a importância de inclusão da comunidade local na gestão dos recursos florestais e apenas 12% disseram que sabem a importância da inclusão da comunidade na gestão dos recursos florestais, sendo que, uma das importâncias seria praticar algumas atividade de acordo a Lei Ambiental ou da Floresta.

Olhando para os dados ilustrados no gráfico 6, percebe-se que os moradores nunca diveram nenhuma palestra que diz respeito a educação ambiental. Marcatto (2002) defende que quando se pratica uma atividade económica sem observância das normas atingem a saúde humana e ambiental, conduzindo a efeitos na saúde que compreendem desde dores de cabeça, náuseas, irritações na pele e pulmões, a sérias reduções das funções neurológicas e hepáticas, sendo que, a educação, seja formal, informal, familiar ou ambiental, só é completa quando a pessoa pode chegar nos principais momentos de sua vida a pensar por si próprio, agir conforme os seus princípios e viver segundo seus critérios.

4.2.3. O nível de percepção ambiental dos moradores/residentes de Mecubúri

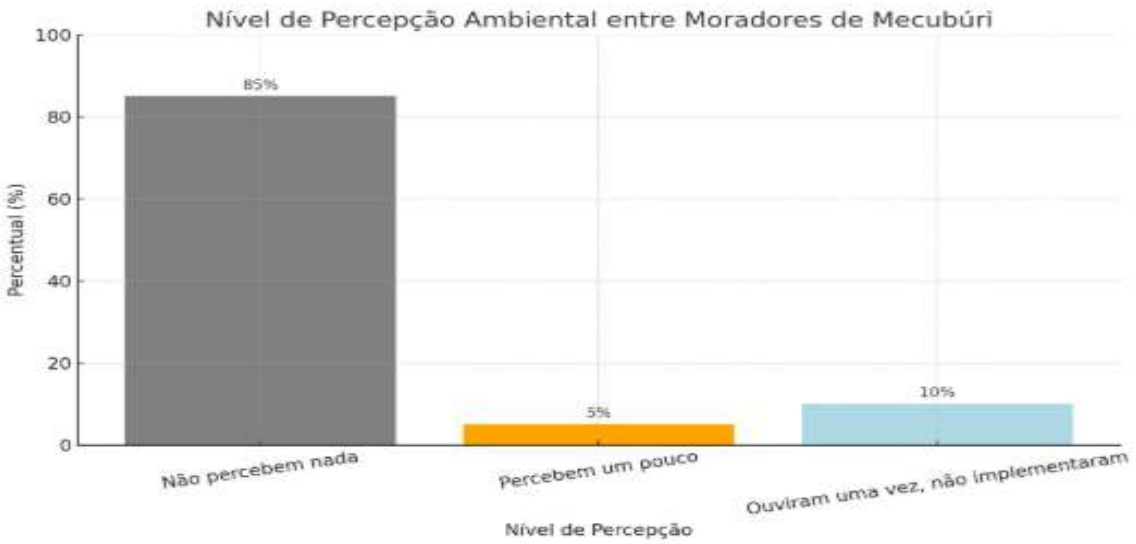
Querendo obter informações sobre o nível de percepção ambiental dos moradores de Mecubúri, os pesquisadores do tema, colocaram a seguinte questão:

-Qual o nível de percepção ambiental dos moradores/residentes de Mecubúri?

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

Gráfico 7. Informação sobre nível de percepção ambiental dos moradores de Mecubúri



Fonte: os autores da pesquisa- Junho-2025

Os dados do gráfico número 7 indicam que dos 12 individuos que fazem parte da equipa dos moradores, quando questionados sobre o nível de percepção ambiental, 85% afirmaram que não percebem nada, pois, muitos não sabem que os recursos florestais podem esgotar-se, enquanto 5% dos inquiridos disseram que percebem um pouco e 10% disseram que ouviram uma vez numa reunião do partido, mas nunca implementaram os princípios ambientais.

Os dados apresentados demonstram claramente que não sabem, visto que maior parte dos entrevistados afirmaram que não sabem e os outros responderam com dúvidas, pois, Lynch, (2002) e Le Goff (1996) afirmam que a percepção ambiental por uma maioria de pessoas remete a um conjunto de funções psíquicas que podem atualizar informações úteis e, nesse sentido, contribuem para um bom ambiente na prática das actividades.

4.2.4. Estratégias que podem ajudar aos moradores para minimizar os impactos negativos

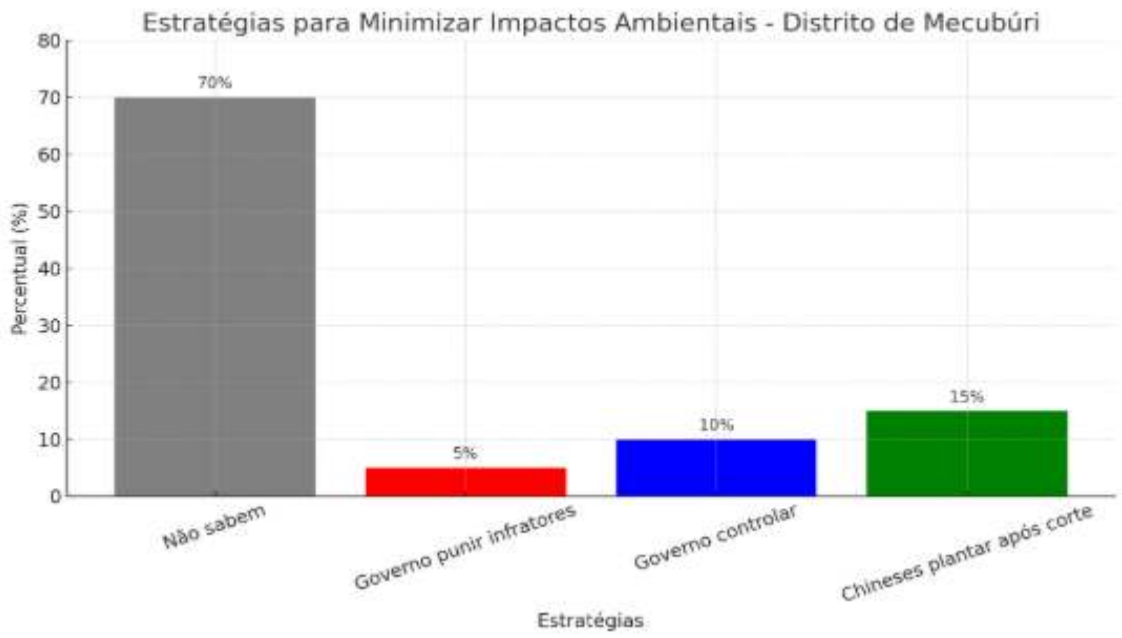
Querendo obter dados referentes às estratégias que podem ajudar aos moradores para minimizar os impactos negativos em Mecubúri, os autores da pesquisa formularam a seguinte questão:

-Que estratégias podem ajudar aos moradores para minimizar os impactos negativos do meio ambiente no Posto administrativo Sede no distrito de Mecubúri?

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

Gráfico 8. Informação sobre estratégias que podem ajudar aos moradores para minimizar os impactos negativos do meio ambiente no distrito de Mecubúri



Fonte: os autores da pesquisa- Junho-2025

Segundo os dados do gráfico número 8, sobre estratégias que podem ajudar para minimizar os impactos negativos do meio ambiente no distrito de Mecubúri, 70% disseram que não sabem; 5% responderam que governo punir aos infratores, 10% disseram que governo controlar e por fim 15% disseram os Chineses deixar de cortar muitas árvores e quando cortar plantar outras.

Olhando para os dados acima fornecidos, nota-se que os moradores inquéritos estão à margem do Melo (2002), que diz a educação ambiental é importante na medida em que pode ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com os quais compartilham este mundo, respeitando seu ciclo vital e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

4.3. Resultado obtido através da observação direta, feita pelos pesquisadores, ao nível do local de estudo

Com vista a confirmar o problema levantado ou a responder a questão de partida qual o papel dos fiscais florestais do distrito de Mecubúri de ponto de vista estética do Posto, na atualidade, comparando com o passado recente e as atividades desenvolvidas até então, com base nos dados obtidos, pode-se notar que crianças removem areia no meio da estrada principal, de baixo das pontes com argumentos que estão a aliviar veículos para não se estragarem com muita facilidade, mas os adultos aparecem com seus transportes ou alugam enganando as crianças com um valor simbólico como compradores e eles levam para as construções na vila.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

Nesta atividade, todos exercem sem nenhum material de proteção como: luvas, botas, máscaras, fato e quando aos transportadores não cobrem com lona e não se importam com o óleo de motor que ali poluem os rio e nada são responsabilizados. Verificam-se garimpeiros a cavar ouro lavando nos rios perto da vila, algumas pessoas envenenam os peixes nos rios afim de servir de consumo, queimadas descontroladas em redor e fora da vila e abate desenfreado de árvores.

Com estas atitudes confirmamos que no Posto Sede, apesar de ser vila está rodeada de mata, ondem ocorrem estas atividades sem observância da Lei ambiental e da Floresta como não estivesse estrutura para velar da tal situação.

De acordo com Falcão e Noa (2016), Cunha e Almeida (2002), desmatamento é a conversão, diretamente induzida pelo homem, de terra com floresta para terra sem floresta que é uma grave ameaça à biodiversidade, onde o abate desenfreático de árvores leva à perda de habitat para muitas espécies, contribuindo para as mudanças climáticas e aumenta a vulnerabilidade do solo à erosão, enquanto o consumo de peixe do rio poluído pode afetar o fígado comprometendo a saúde humana, a passo que, a atividade mineradora promove diretamente ao meio ambiente como: a contaminação das águas e do solo, a destruição das margens dos rios e a retirada da cobertura vegetal.

CONSIDERAÇÕES

Tendo em consideração os objetivos traçados e a questão de partida, foi possível constatar-se que algumas atividades como: abate desenfreatico de árvores e a atividade mineradora impactam diretamente ao ambiente, pois, contaminam a água dos rios no momento de lavagem, alteram as margens do rio e a vegetação, criando o desmatamento que é ameaça à biodiversidade e consequentemente a facildade de extinção de certos animais.

Ainda na situação das atividades praticadas que geram impactos negativos, encontrou-se a extração de areia no meio da estrada principal que fornece o acesso a entrada da vila e de baixo dos rios, mas praticada sem nenhum material de proteção e por crianças com idade escolar e o consumo de peixe do rio poluído. Estas duas atividades abragem o solo e a própria saúde humana, visto que, a retirada de areia sem observância das regras contribui para o surgimento de erosão e a poluição dos rios e peixe contaminado quando consumido pelo homem atinge o fígado na medida que não utilizam equipamentos de proteção individual.

Os autores desta pesquisa notaram como uma das primeiras atividades graves que impactam negativamente em Mecuburi como a inclusão das crianças com idade escolar na extração de areia, este mal, é de difícil mitigação, no entanto, é criar alcerce para afundar o distrito e para o analfabetismo.

Portanto, percebe-se que, o que faz com que se pratique atividades sem observância das normas ambientais e da floresta naquele ponto do país é a fraca fiscalização dos trabalhos realizados e não dão conta a necessidade de importância da floresta, assim como de outras atividades que prejudicam ao meio ambiente e a saúde pública.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

Pois, percebeu-se que, palestras ou reuniões, diálogo, capacitações e outras formas de se encontrar com comunidade pode ser uma das estratégias para fortalecer o envolvimento da comunidade na gestão dos recursos, consequentemente o minimizo dos impactos negativos do meio ambiente.

Lynch (2002) e Lei n° 20/97 nos depreendem que a proposta de Educação à Educação Ambiental surge como mais um convite à inovação e a consideração de que os tempos mudaram e que a educação tradicional já não é mais suficiente. É preciso evoluir, implantar, testar, avaliar novas formas de inserir na formação da comunidade lições de cidadania e demonstrar a trajetória da economia que vêm crescendo como é o caso do comércio de madeira, carvão vegetal, culturas de rendimento e que para saber aproveitá-los ou mesmo discutir e opinar sobre eles é preciso que haja conhecimento destes segmentos por parte da população.

Portanto, a pesquisa conduz aos resultados como sendo o papel dos fiscais florestais o encorajamento a formação da consciência ambiental e do senso de identidade cultural dos residentes, cumprir e fazer cumprir a Lei do Ambiente e da Floresta ao nível local e encaminhar a estrutura hierárquica quando o assunto não ser do nível deles.

Quando à Comunidade, percebeu-se que, não se trata de proibição em fazer o uso dos recursos, mas sim, usar segundo a Lei recomenda, de modos a manter o equilíbrio, isto é, uso sustentável. Pois, somente com a introdução destes princípios e práticas será possível atingir o objetivo de se ter uma população esclarecida, com capacidade de decisão e com condições de bem receber aos visitantes.

A pesquisa concluíu que o impacto ambiental negativo deste ponto do país, além de falta de atuação dos fiscais e a falta de educação ambiental, a comunidade local também é influenciada por falta de fundos para comprar equipamentos e reforço de técnicos florestais. Ademais, os fundos serviriam também para apoiar as comunidades na busca de meios alternativos de modo a minimizar os danos ambientais. Importa lembrar que os fundos arrecadados ao nível local não cobrem com as despesas da própria vila.

Outrossim, os governantes deste Distrito afirmaram que as receitas locais não são programadas apenas para a resolução de um único problema, mas sim de todas as atividades planificadas pelo Governo do Distrito.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, J. E. **Florest and people**: 25 years of community forestry. [S. l.]: FAO, 2001.

BILA, A.; SALMI, J. **Fiscalização de Florestas e Fauna Bravia em Moçambique**: passado, presente e acções para melhoramento. Maputo: [s. n.], 2003.

CORREIA, M. D. **Ecossistemas marinhos**: recifes, praias e manguezais. Maceió: UFAL, 2012.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. B. **Enciclopedia das florestas**. Sao Paulo: companhia das letras, 2002.

DECRETO n° 9. Atribuições e competências do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Turismo, 2000.

FALCÃO, M. P.; NOA, M. **Definição de floresta, desmatamento e degradação florestal no âmbito do REDD**. Maputo. Moçambique: [s. n.], 2016.

FALOMA, M. **Directório de iniciativas de envolvimento comunitário na gestão de recursos naturais, Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, unidade de maneio comunitário**. Maputo, Moçambique: [s. n.], 2016.

GOUVEIA, A **Analise espacial dos riscos á saúde associados á incineração preliminar**. [*S. l.: s. n.*], 2013. p. 3-10.

GOUVEIA, A. **Riscos à saúde em áreas próximas a aterro de resíduos sólidos urbanos**. Portugal: [s. n.], 2010. p. 859-866.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: [s. n.], 2002.

MARCATTO, C. **Educação ambiental**: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002. Disponivel em https://j.bb.ibict,br. Acesso em: 9 abr. 2025.

MARTINS, E. **Meio ambiente e contas nacionais**: a experiência internacional. Contabilização económica do meio ambiente. São Paulo: [s. n.], 2014.

MELO, G. P. **Educação Ambiental para professores e outros agentes multiplicadores**. Paraíba: IBAMA, 2002.

MITADER. **Desflorestamento em Moçambique**. Maputo, Moçambique: Mitader, 2018. Disponivel em https://www.mitater.gov.mz, Acesso em 11 deAbril de 2025.

Legislações

MOÇAMBIQUE. Decreto n° 9. Princípios e normas básicas sobre a protecção, conservação e utilização sustentável dos recursos florestais de 7 de Junho. Maputo, 1999.

MOÇAMBIQUE. Lei n° 10. Princípios e normas básicas sobre a protecção, conservação e utilização sustentável dos recursos florestais de 7 de Junho de 2000.

MOÇAMBIQUE. Lei n° 20. Lei do Ambiente de 1 de Outubro de 1997.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.